

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DO TRF 2ª REGIÃO

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – PALP 2014 a 2017

1. INTRODUÇÃO

O presente **Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP** contempla o planejamento das auditorias internas e externas a serem executadas pela Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no período de 2014 a 2017, nos termos do art.9º, §1º da Resolução CNJ nº 171/2013.

2. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AUDITORIA

O Plano de Auditoria de Longo Prazo, para o período de 2014 a 2017, foi elaborado em consonância com a legislação federal e as normas e diretrizes emanadas dos órgãos de controle interno e externo da Administração Pública Federal.

O PALP 2014/2017 considera as Ações Coordenadas e Conjuntas demandadas pelos órgãos de controle interno do CNJ e do CJP, respectivamente, bem como os objetivos do Plano Estratégico deste Tribunal e as diretrizes traçadas pelo Tribunal de Contas da União, no que concerne à Prestação de Contas Anual e sua jurisprudência recente.

3. DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos de auditoria serão desenvolvidos dentro de cada área especificada no PALP 2014/2017, em conformidade com os objetivos e escopos definidos no Plano Anual de Auditoria de cada ano, seguindo os critérios de materialidade dos recursos envolvidos, relevância da matéria, grau de risco e de outros fatores detectados no decorrer dos trabalhos, na extensão e profundidade julgadas adequadas às circunstâncias.

4. RECURSOS HUMANOS A SEREM EMPREGADOS NAS AUDITORIAS PLANEJADAS

Os trabalhos serão realizados de forma direta, por servidores lotados na Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e, se necessário, por servidores com formação específica que possam auxiliar nos trabalhos de auditoria nas áreas de engenharia civil e tecnologia da informação.

5. CRONOGRAMA

O cronograma a seguir foi definido levando em consideração a atual estrutura da Secretaria de Controle Interno do TRF 2ª Região e está detalhado por exercício.



EXERCÍCIO DE 2014

- Ação Conjunta de Auditoria SCI/CJF - Auditoria nas Contratações de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Ação Conjunta de Auditoria SCI/CJF – Avaliação do sistema de controles internos administrativos, por atividade - TRF 2ª Região;
- Ação Conjunta de Auditoria SCI/CJF - Auditoria na área de Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Ação Coordenada de Auditoria SCI/CNJ – Aderência ao Modelo de Contratação em Tecnologia da Informação, previsto na Resolução CNJ 182/2013 – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Resultado: Governança e Acompanhamento das Metas e Indicadores - TRF 2ª Região;
- Auditoria de Conformidade e Contábil, na área de Gestão de Pessoas – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Conformidade e Contábil, na área de Gestão de Compras e Contratos – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Conformidade e Contábil, na área de Gestão de Material e Patrimônio – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Conformidade, na área de Gestão de Precatórios e RPV's - TRF 2ª Região.

EXERCÍCIO DE 2015

- Auditoria de Conformidade e Contábil, na área de Gestão de Pessoas – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Conformidade e Contábil, na área de Gestão de Compras e Contratos – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Gestão e de Conformidade, na área de Tecnologia da Informação – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Conformidade e Contábil, na área de Gestão de Material e Patrimônio – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Conformidade na área de Gestão de Precatórios e RPV's - TRF 2ª Região.
- Auditoria de Resultado: Governança e Acompanhamento das Metas e Indicadores – Seção Judiciária do Rio de Janeiro;
- Auditoria Operacional na estrutura de controles internos administrativos - Seção Judiciária do Rio de Janeiro;
- Ação Coordenada de auditoria – SCI/CNJ – Escopo a definir;
- Ação Conjunta de auditoria – SCI/CJF – Escopo a definir.



EXERCÍCIO DE 2016

- Auditoria de Conformidade e Contábil, na área de Gestão de Pessoas – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Conformidade e Contábil, na área de Gestão de Compras e Contratos – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Gestão e de Conformidade, na área de Tecnologia da Informação – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Conformidade e Contábil, na área de Gestão de Material e Patrimônio – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Conformidade, na área de Gestão de Precatórios e RPV's - TRF 2ª Região;
- Auditoria de Resultado: Governança e Acompanhamento das Metas e Indicadores – Seção Judiciária do Espírito Santo;
- Auditoria Operacional na estrutura de controles internos administrativos - Seção Judiciária do Espírito Santo;
- Ação Coordenada de auditoria – SCI/CNJ – Escopo a definir;
- Ação Conjunta de auditoria – SCI/CJF – Escopo a definir.

EXERCÍCIO DE 2017

- Auditoria de Conformidade e Contábil, na área de Gestão de Pessoas – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Conformidade e Contábil, na área de Gestão de Compras e Contratos – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Gestão e de Conformidade, na área de Tecnologia da Informação - TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Conformidade e Contábil, na área de Gestão de Material e Patrimônio – TRF 2ª Região e Seções Judiciárias;
- Auditoria de Conformidade, na área de Gestão de Precatórios e RPV's - TRF 2ª Região;
- Auditoria de Resultado: Governança e Acompanhamento das Metas e Indicadores - TRF 2ª Região;
- Auditoria Operacional na estrutura de controles internos administrativos -TRF 2ª Região;
- Ação Coordenada de auditoria – SCI/CNJ – Escopo a definir;
- Ação Conjunta de auditoria – SCI/CJF – Escopo a definir.



6. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos de análise e de emissão de relatórios poderão ser realizados nas instalações da Secretaria de Controle Interno do TRF 2ª Região, bem como nas unidades de controle interno das Seções Judiciárias do RJ e do ES.

Eventuais entrevistas e verificações *in loco* poderão ser realizadas nos locais aos quais se vinculam o objeto ou assunto a ser examinado.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2014.

Maria de Fátima Gonçalves Lessa
Secretaria de Controle Interno
Diretora



Assinado digitalmente por MARIA DE FATIMA GONCALVES LESSA.
Documento Nº: 1162334.10058178-114 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401076A